

A “MÃO GRANDE” DA IGREJA CATÓLICA E O “BOLSO FORTE” DOS CORONÉIS DO CACAU: QUADRO HISTÓRICO-SOCIAL DA CRIAÇÃO DE COLÉGIOS CATÓLICOS EM ILHÉUS.

Ivaneide Almeida da Silva
Mestre / História, UFBA.

A criação do Colégio Nossa Senhora da Piedade e do Colégio Diocesano São José em 1916, e suas respectivas propostas de ensino, foram favorecidas pelo contexto sócio-político de Ilhéus. As oligarquias locais apoiaram a criação destas instituições escolares a partir do grande incentivo da Igreja Católica que, durante as primeiras décadas da República pretendeu alterar as bases laicas do novo regime, investindo na família e na educação. As articulações entre a Igreja e as parcelas abastadas da sociedade ilheense, envolveram a educação ministrada nesses colégios por interesses diversos, que ultrapassavam o espaço dessas instituições escolares.

A cidade de Ilhéus começou a se consolidar economicamente no final do século XIX com a implantação da cacauicultura. O desenvolvimento da lavoura cacauieira atraiu grupos de origens diversas, de segmentos sócio-econômicos e culturais díspares. Entre estes, alguns foram aos poucos tornando-se fazendeiros e produtores de cacau. Um novo grupo social estava em processo de formação durante as primeiras décadas do século XX, chamado por Mahony¹ de “*Nouveaux Riche*”. Este novo grupo estabeleceu novas dinâmicas na sociedade de Ilhéus, aumentou seu poder aquisitivo e constituiu oposição política à oligarquia que dominava a região. Esta última era representada pela família Sá, formada por descendentes de uma elite colonial, com fortes relações com o Império e com o sistema escravista².

A família Sá exerceu o domínio político em Ilhéus por quase um século até os primeiros anos da República, sob a figura política do coronel Domingos Adami de Sá. Já na década de 1910, o coronel Antônio Pessoa, principal expoente do grupo “*Nouveaux Riche*” e oponente de Domingos Adami, foi elevado ao cargo de intendente e inaugurou o grupo político chamado *peçoista*³, formado dentro de uma elite de fazendeiros e comerciantes de cacau, sem ligações com a aristocracia baiana, nem com o grupo “*adamista*”⁴, aspecto que

foi utilizado como estratégia política pelo novo grupo, além da defesa do progresso para a região.

Os “novos ricos” obtiveram rápido enriquecimento, transformando seus hábitos e costumes. O gosto pelo supérfluo, a divulgação da riqueza pessoal e outras atitudes eram realizadas para ostentar o status e o poder dos novos coronéis dessa região. Estes passaram a demonstrar seu poder social e político, construindo palacetes, túmulos ostentatórios, caracterizados como símbolos do poder dos coronéis do cacau⁵. Começaram a expressar sua riqueza, deixando suas fazendas e construindo mansões no centro de Ilhéus. Eles jantavam com porcelanas e taças importadas, compraram pianos para suas salas, traziam suas roupas do Rio de Janeiro e Paris e, colocaram suas filhas para estudar no “*new French convent school*” em Ilhéus e seus filhos em Salvador “*at elite boarding schools or the university*”.⁶

Já nas duas primeiras décadas do século XX, a economia cacauceira possibilitou que Ilhéus se tornasse uma das mais prósperas cidades do Estado da Bahia, embora ainda buscasse reconhecimento político frente a capital⁷. Foi nesse período que a cidade recebeu uma nova dinâmica, havendo a preocupação do grupo político dirigente em aumentar o progresso material, e construir a “*civilização do cacau*”⁸. Mas, segundo Guerreiro, essas obras “*não foram suficientes para dar à região, à sua sociedade, a visibilidade externa e os retornos e compensações (políticas) dos quais se julgavam merecedores*”⁹.

As atividades sócio-econômicas e culturais¹⁰ ligavam-se ao partidário local¹¹, dada a necessidade de sua permissão ou financiamento, além da divulgação que se fazia pela imprensa¹² que, por sua vez, era controlada pelo poder político. Este geria a vida social, penetrando em organismos como associações comerciais, filantrópicas e religiosas, provendo-as de recursos necessários, principalmente para as obras religiosas do bispo¹³ que, segundo Falcon, foi “*nomeado graças as reivindicações dos chefes locais*”¹⁴.

As vantagens do progresso material/cultural de Ilhéus, no entanto, estavam disponíveis apenas à parcela mais abastada da população, que se dividia entre os grandes fazendeiros e comerciantes. O comércio de Ilhéus, por exemplo, muito se desenvolveu nas

primeiras décadas do século XX, especialmente para a exportação do cacau. E ainda eram negociadas mercadorias necessárias ao abastecimento regional e muitos artigos de luxo. Tudo isso atraiu muitos investimentos, ou muitos interessados, principalmente os fazendeiros que se tornaram comerciantes e passaram a lucrar muito.

Os grandes comerciantes exerciam muitas funções em Ilhéus em razão do seu poder aquisitivo. Eles atuavam como emprestadores, fornecedores de crédito e outros meios financeiros, fazendo com que os pequenos produtores estivessem sob sua dependência e fossem seus credores, pois como pagamento das dívidas atrasadas, eram exigidas suas terras. Tal fato fez com que alguns dos comerciantes se tornassem fazendeiros, pois se constituiu num meio para a concentração da posse de terras nas mãos desses primeiros. Muitos dos representantes das categorias citadas acima contribuíram para a implantação de instituições na cidade: as públicas (através do pagamento de impostos) e as particulares, através de doações à comissões de arrecadação organizadas para este fim.

A vida social, política e cultural de Ilhéus foi moldada pela “hegemonia do cacau”. Por isso, a rede escolar não destoava deste caminho orientado pelo capital cacauero. Muitas das modificações urbanas incluíram também escolas públicas, do Estado e do Município. Estas últimas eram de *primeiras letras* e atendiam aos filhos e filhas dos trabalhadores rurais e urbanos. O apoio oficial ocorria também “*sob a forma de subvenções, para as escolas particulares, (muitas) ligadas a alguma ordem religiosa.*”¹⁵, como é o caso do Colégio N. S. da Piedade e do Colégio Diocesano São José¹⁶, que receberam subvenções do Estado, além do apoio financeiro de particulares e sustentação ideológica maciça da Igreja Católica.

O apoio do Estado para a Igreja não era mais realidade, desde o advento do regime republicano que separou as duas instituições. A partir desse momento, o episcopado brasileiro passou a solicitar a ajuda e colaboração das elites regionais e locais para a implantação de obras e instituições da Igreja Católica.

As dioceses criadas em várias regiões do Brasil, são um exemplo, pois têm relação direta com os benefícios adquiridos pela Igreja Católica, que embora não estivesse

diretamente ligada às lutas republicanas, obteve vantagens com o advento da República, pois conquistou uma posição satisfatória, através do apoio que recebeu das elites regionais. A Diocese de Ilhéus foi organizada com a colaboração dos “coronéis do cacau”. Conclui-se por isso que, a ruptura entre o Estado e a Igreja não afastou estes dois setores.

Na Primeira República, marcada pelo “livre jogo das forças sociais”, ou seja, a descentralização do poder nas mãos das oligarquias locais, a Igreja procurou situar-se acima das várias classes, mas estava em favor das dominantes. Quando foi instalado o Bispado de Ilhéus, o bispo esteve aliado aos extratos sociais abastados, “operando” muitas vezes em função desta parcela da sociedade. Em Ilhéus, D. Jerônimo, o então arcebispo da Bahia “*trabalhou junto às principais autoridades locais no sentido de ser constituído o patrimônio do futuro Bispado do Sul da Bahia*”.¹⁷ A criação do Bispado foi um importante elemento do progresso de Ilhéus. No entanto, esses sinais de civilização contrastavam com as marcas de violência e conflitos existentes entre as oligarquias locais¹⁸.

Os interesses e idéias para o progresso e civilização de Ilhéus não eram comuns entre a parcela social abastada. No entanto, a educação de seus filhos e filhas, e sua respectiva formação social, moral e religiosa pareceu ser uma preocupação das facções políticas divergentes, visto a colaboração e apoio destas mesmas na construção e fundação dos colégios em análise, além da presença de seus filhos(as) nestas instituições escolares¹⁹. O primeiro bispo de Ilhéus foi importante e principal na mediação desse processo, junto com o grupo que se encontrava no poder, o que evidencia a força pessoísta à frente desse processo. O período político liderado por Antônio Pessoa compreendeu a criação da diocese em Ilhéus, a instalação do Bispado, a fundação dos colégios católicos e outras instituições que constituíram parte da formação dessa “*Civilização do cacau*”²⁰.

O interesse na educação das elites constituiu uma estratégia da Igreja Católica para destacar-se em meio a parcela social e economicamente dominante, mantendo-se numa posição de influência. Como discute Margotto, “*é provável que a demanda social também possa ter facilitado esta mudança*”²¹. Em Ilhéus tal fato tornou-se evidente, pois a educação dos jovens foi uma preocupação do grupo político em ascensão. A

concretização do projeto educacional do bispo com a criação do Colégio da Piedade e do Colégio São José foi então, adequado às exigências do grupo dirigente de Ilhéus.

O pedido do bispo para instalação do Colégio da Piedade a Madre Thaís, provincial da Ordem Ursulina²² no Brasil em visita à Bahia no ano de 1915, vem demonstrar o interesse da Igreja Católica em cumprir perfeitamente a sua missão significativa: a influência na esfera da educação. A fundação do Colégio São José ocorreu sob as mesmas circunstâncias que a fundação do Colégio da Piedade, com as persistentes alegações do primeiro bispo e seus apelos à sociedade, para cumprir funções que, naquele período, tinham por trás a “mão grande” da Igreja Católica e o “bolso forte” dos coronéis do cacau. As escolas católicas sustentavam-se com base na “tradição”, ou mesmo, na escassez de escolas públicas, o que não era necessariamente o caso de Ilhéus, pois essas existiam, porém não estavam vinculadas a ordens religiosas.

As instituições educacionais, principalmente o caso dessas escolas confessionais e particulares, foram implantadas com o apoio dos grupos dirigentes locais. Estes doavam terrenos, recursos para a construção dos prédios e matriculavam seus próprios filhos, pois a educação dos mesmos era um dos meios de demonstrar *status* e refinamento de seus costumes²³.

As transformações sócio-econômicas, políticas e culturais modificaram a dinâmica da cidade de Ilhéus, que foi capaz de sediar costumes diferenciados, a partir de uma população de origem diversa, o que implicava em diferentes regras de comportamento. Tal realidade em nada enaltecia a “moral das famílias”, principalmente das filhas dos novos ricos do cacau. Então, fez-se necessário um controle social mais rígido na uniformização do comportamento, e que fosse coerente com a posição política e social dos “novos coronéis”. Os dois colégios católicos em Ilhéus foram defendidos pelo bispo D. Manoel, como instituições capazes de educar os filhos e filhas das famílias das elites de Ilhéus, sem a necessidade de abastecerem-se, neste sentido, na capital do Estado.

Semelhantes foram os objetivos para a fundação dos colégios em análise, porém, diferentes, ou apontados para lados opostos, esteve a formação educacional

pretendida e executada para o homem e para a mulher²⁴. As escolas constituíram-se num veículo legítimo de reprodução da “ordem social” de uma estrutura já determinada pela sociedade, o que afirma “ser o sistema de ensino, a solução historicamente conhecida, a mais dissimulada e mais adequada à sociedade para a transmissão do poder e dos privilégios, exercendo esta função sob as aparências da neutralidade”²⁵. Por isso, o Colégio da Piedade e o São José constituíram-se veículos de construção do comportamento social, requerido ao grupo sócio-político dominante de Ilhéus nas primeiras décadas da República, sendo capazes de reproduzir as estruturas dessa parcela social e suas relações de gênero.

¹ MAHONY, Mary Ann. *The World Cacao Made: Society, politics, and History in Southern Bahia, Brazil, 1822-1913*. Yale University, USA: 1996. (Dissertation for the Degree do Doctor of Philosophy), p. 485-525.

² MAHONY. *Op. Cit.*, 1996 e RIBEIRO, André Luís Rosa. *Família, poder e mito: o município de São Jorge de Ilhéus (1880-1912)*. Ilhéus: Editus, 2001.

³ O nome deriva do seu principal líder político, Antônio Pessoa. Entre as transformações sócio-políticas, destacou-se o fortalecimento da facção pessoista, que compunha o grupo dos novos ricos. Esse grupo passou a ter acesso ao poder político nos anos de 1910 e isso favoreceu a aquisição de informações e a adoção de novos padrões de comportamento. No entanto, a estrutura de poder não foi alterada, somente um novo grupo tomou o poder, construindo suas bases sobre os moldes anteriores. Esta administração local esteve relacionada intimamente com o início do governo de J. J. Seabra (1912-1916) na Bahia. FALCON, Gustavo. *Os Coronéis do Cacao*. Salvador: Iananá. UFBA, 1995, p. 107-110.

⁴ Referente ao grupo político representado pelo Coronel Domingos Adami de Sá.

⁵ RIBEIRO. *Op. Cit.*, 2002, p. 110.

⁶ MAHONY. *Op. Cit.*, 1996, p. 486.

⁷ PEQUENO JORNAL, ed.: 02/07/1925, p. 2; FREITAS, A. F. Guerreiro e PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: A Capitania, os Frutos do Ouro e a Princesa do Sul. Ilhéus 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001.

⁸ Essa expressão/ conceito “Civilização do cacau” é utilizada por Guerreiro, para demonstrar as transformações e modificações políticas, econômicas e sociais que ocorriam em Ilhéus na Primeira República. Ilhéus era chamada, inclusive por jornais da capital do Estado de “*A Princesa do Sul*”, devido ao seu vertiginoso crescimento e desenvolvimento. A criação de instituições políticas, jurídicas e educacionais vai delinear o que chegou a ser essa “civilização do cacau”. FREITAS e PARAISO. *Op. Cit.*, 2001.

⁹ FREITAS, e PARAISO. *Op. Cit.*, 2001, 129.

¹⁰ Silva Campos muito detalhou sobre a sociedade ilheense, inclusive as transformações no cotidiano urbano na Ilhéus, entre os anos de 1910 e 1930 em sua obra *Crônicas da capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981. Destaco este período, por ser o de interesse deste artigo.

¹¹ Neste caso, o poder político de Ilhéus era da facção pessoista.

¹² Aqui temos como principal exemplo o Jornal de Ilhéus, inaugurado na década de 1910 e de propriedade do então intendente Antônio Pessoa.

¹³ Em agosto de 1915 chegava a Ilhéus o seu primeiro bispo, D. Manoel Antônio de Paiva, vindo da Paraíba. A Diocese de Ilhéus havia sido criado em 1913, por Jerônimo Thomé da Silva, arcebispo da Bahia. REVISTA ECLESIASTICA DA BAHIA, Ano V, Junho de 1913, N. 6, p. 145 e JORNAL DE ILHÉUS, 01/08/1915, p. 2.

¹⁴ FALCON, *Op. Cit.*, 1995, p. 93.

¹⁵ Diário Oficial do Estado, Bahia, ed. 02/07/1923, p. 560.

¹⁶ O Colégio Diocesano São José, de acordo com as condições de sua criação e fundação, seria a “menina do olhos” de D. Manoel, o bispo. No entanto, construiu uma história efêmera em Ilhéus, pois diversos fatores não permitiram o seu desenvolvimento. JORNAL DE ILHÉUS, ed.: 19/09/1915, p. 2.

¹⁷ Segundo determinações canônicas do período, a Santa Sé costumava exigir para a criação e constituição de uma diocese, a formação anterior de um determinado patrimônio para a mesma. Inicialmente seria uma “espécie de fundo de reserva que garanta os bispos, contra possíveis dificuldades no desempenho do seu ‘mutuus’ apostólico”. Essa não era uma exigência difícil de ser cumprida no Brasil naquele período, visto a aliança da Igreja com as oligarquias locais. REVISTA ECLESIASTICA DA BAHIA, Ano V, Março de 1913, N. 3.

¹⁸ As lutas político-partidárias tinham como alvos das disputas, o controle do poder político e a concentração da posse de terras. Os conflitos de interesses eram evidenciados através das lutas entre famílias, a partir das

invasões das propriedades e a utilização dos serviços dos jagunços. A autoridade dos coronéis se consolidava na capacidade de fazer cumprir suas decisões, muitas vezes com uso da força e violência.

¹⁹ SILVA, I. A. *História e Educação Religiosa em Ilhéus, 1916-1930*. Dissertação apresentada ao Mestrado em História Social. UFBA, 2004.

²⁰ A idéia de “civilizar” a Bahia, ou remodelar, seguiu os moldes das ações de urbanização em curso no Rio de Janeiro entre os anos de 1910 e 1920. Nesse processo um dos políticos mais expressivos foi J. J. Seabra. Este foi governador da Bahia duas vezes, senador estadual e federal, além de Ministro da Viação e Obras Públicas. LEITE, Márcia M. da Silva Barreiros. *Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930*. Dissertação apresentada ao Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997. A facção pessoísta em Ilhéus teve apoio direto deste governador, por isso o progresso material de Ilhéus foi um dos objetivos desse grupo. FALCON, *Op. Cit.*, 1995, p. 107-110.

²¹ MARGOTTO, Lilian Rose. *Igreja Católica e educação feminina nos anos 60*. Vitória: EDUFES, 1997, p. 61.

²² A *Ordem de Santa Úrsula*, ou *Ordem Ursulina* chegou em Ilhéus em 1916. Ela é de origem italiana, foi criada no século XVI, época de transformações em todos os aspectos da sociedade européia, proporcionadas pela Expansão Marítima. O ensino ministrado às meninas, nos conventos, implicava na existência de limites, numa vida semelhante a das freiras. “*Foram na verdade as Ursulinas que, a partir do século XVIII, modificaram a proposta educativa, com um ensino que reconhecia as moças não mais como futuras religiosas, mas como pessoas destinadas a viverem no mundo*”. Ver ISMÉRIO, C. *Mulher: a moral e o imaginário: 1889-1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 47.

²³ MICELI, Sérgio (1988, p. 23). Apud: MARGOTTO. *Op. Cit.*, 1997.

²⁴ Os estudos de Scott trazem considerações pertinentes para o entendimento da categoria gênero. Elabora uma análise sobre as implicações da história das mulheres e a utilização do conceito gênero, considerando a existência da distinção natural, mas que sobre ela se estabelece relações sociais singulares em função do tempo e do espaço. SCOTT, J. W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1991 e *História das Mulheres*. Apud: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

²⁵ BORDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 294.